

1 **ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HIDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às 14h15min no Auditório do
4 Parque Massairo Okamura, ocorreu a 66ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
5 Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 01 - Conferência de Quórum; 02 -
6 Aprovação da Ata da 65ª Reunião Ordinária do CEHIDRO ocorrida em 09/02/2017; 03 -
7 Aprovação das Metas Federativas e Estaduais do Programa PROGESTÃO; 04 - Manifestação
8 do CEHIDRO quanto ao Processo nº 228081/2016 – Minuta de Decreto que dispõe sobre as
9 áreas úmidas localizadas no Estado de Mato Grosso; 05 - Aprovação da Resolução nº 90 –
10 Altera a Resolução nº 44 de 11/10/2011; 06 - Aprovação da Resolução nº 91 – Altera a
11 Resolução nº 61 de 05/12/2013; 07 - Tabela de Frequência das Reuniões da Câmara Técnica
12 de Água Subterrânea – CTAS; 08 - Informes e 09 - Assuntos Gerais. O Secretário Executivo o
13 Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.
14 Para o início da reunião realizou-se a conferência do quórum solicitando para que todos os
15 Conselheiros assinassem a lista de presença, sendo registrada a presença dos seguintes
16 conselheiros: o Conselheiro Luiz Henrique Magalhães Noquelli representante titular da
17 Secretaria de Estado de Meio Ambiente - **SEMA**; o Conselheiro Juraci de Ozeda Ala Filho
18 representante titular da Secretaria de Estado de Planejamento - **SEPLAN**; as Conselheiras
19 Telma Luzia Monteiro e a Letícia Bertaia - representantes titular e suplente respectivamente
20 da Secretaria de Estado da Saúde - **SES**; a Conselheira Andressa F. Ribeiro - representante
21 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – **SEDEC**; o Conselheiro Everaldo
22 Benedito Silva de Magalhães - representante Suplente da União das Câmaras Municipais do
23 Estado de Mato Grosso - **UCMMAT**; a Conselheira Alessandra Panizi - representante titular
24 da Federação das Indústrias de Mato Grosso - **FIEMT**; a Conselheira Lucélia Denise Perim
25 Avi representante suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato
26 Grosso - **FAMATO**; o Conselheiro Edio Ferraz Ribeiro - representante titular da
27 Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - **CAB-CUIABA**; a Conselheira Sara
28 Suely Attilio Caporossi - representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
29 Sanitária e Ambiental - **ABES**; o Conselheiro Ibraim Fantin da Cruz - representante suplente
30 da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – **UFMT**; o Conselheiro Fernando de
31 Carvalho Bittencourt - representante suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de
32 Recursos Renováveis – **IBAMA**; a Conselheira Débora Perozzo - representante titular da
33 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – **ABAS**; o Conselheiro Eliel Alves Ferreira -
34 representante suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas Instituídos no Estado – **CBH/MT**;
35 o Conselheiro Vicente Falcão A. Filho - representante titular do Instituto **Ação Verde**; a
36 Conselheira Luciana Ferraz - representante suplente do Fórum Nacional da Sociedade Civil
37 na Gestão de Bacias Hidrográficas – **FONASC**. Após a conferência do quórum a Secretaria
38 Executiva solicitou que houvesse inclusão de pauta, solicitando que seja marcada uma
39 reunião extraordinária para tratarmos exclusivamente do Programa Progestão II, a inclusão foi
40 aceita. Ficando assim a pauta da reunião: 01 - Conferência de Quórum já aprovada; 02 -
41 Aprovação da Ata da 65ª Reunião Ordinária do CEHIDRO ocorrida em 09/02/2017; 03 –
42 Agendar Reunião Extraordinária para tratar do Programa Progestão II; 04 - Aprovação das
43 Metas Federativas e Estaduais do Programa PROGESTÃO I; 05 - Manifestações do
44 CEHIDRO quanto ao Processo nº 228081/2016 – Minuta de Decreto que dispõe sobre as
45 áreas úmidas localizadas no Estado de Mato Grosso; 06 - Aprovação da Resolução nº 90 que
46 altera a Resolução nº 44 de 11/10/2011; 07 - Aprovação da Resolução nº 91 que altera a

47 Resolução nº 61 de 05/12/2013; 08 - Tabela de Frequência das Reuniões da Câmara Técnica
48 de Água Subterrânea – CTAS; 09 - Informes e 10 - Assuntos Gerais. O primeiro item da pauta
49 foi à aprovação da 65ª Ata da Reunião Ordinária do CEHIDRO enviada a todos com
50 antecedência. O Secretário Executivo o Sr. Luiz Henrique M. Noquelli perguntou se alguém
51 tinha algum apontamento ou sugestão a fazer. O Sr. Fernando de Carvalho Bittencourt –
52 IBAMA questionou que seu nome não se encontrava na referida ata. O Secretário Executivo
53 corrigiu imediatamente, mais nenhuma alteração foi sugerida e a Ata foi aprovada por
54 unanimidade. O próximo item da pauta foi sobre a necessidade de fazer uma reunião
55 Extraordinária do CEHIDRO no mês de maio para tratar de assuntos relacionados ao
56 Programa Progestão II, como o Programa de Capacitação em recursos hídricos, a mudança
57 de Tipologia e também a apresentação das Metas Federativas e Estaduais, após vários
58 questionamentos a reunião foi marcada para o dia 16 de maio de 2017, local a definir. O
59 Conselheiro Everaldo – UCMMAT fala sobre as tipologias A, B, C e D. Pergunta se vai passar
60 para a Tipologia C. O Secretario Executivo responde que o objetivo é esse. O próximo item da
61 pauta é a apresentação das Metas Federativas do Programa PROGESTÃO I: 1ª - Integração
62 de Bases Cadastrais: essa integração é realizada através do CNARH, onde são lançadas
63 todas as informações sobre recursos hídricos, tem um arcabouço definido e não temos
64 pendências neste item, 2ª - Compartilhamento de Informações sobre Águas Subterrâneas, 3ª
65 - Contribuição para a Difusão do Conhecimento, 4ª - Prevenção de Eventos Críticos e 5ª -
66 Atuação para Segurança de Barragens. Para as Metas Estaduais foi apresentado o formulário
67 e uma leitura de todos os itens. Alguns itens foram melhores explicados, como quanto ao
68 campo Conselho que o Secretario explica sobre o período de inatividade de junho de 2015 a
69 julho de 2016. Sobre os Comitês, fez uma atualização da situação dos mesmos dizendo que
70 dos dez Comitês instalados quatro ainda não está funcionando regularmente. Sobre
71 divulgação o Secretário comentou sobre os Seminários Estaduais e Regionais de Recursos
72 Hídricos e da importância dessa troca de informações. O Conselheiro Everaldo – UCMMAT
73 pergunta se as áreas dos Comitês de Bacias e seus municípios compreendem a mesma do
74 Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal e também do Consórcio Nascentes do
75 Pantanal. O Secretário Executivo responde que não tem essa resposta, mas essas
76 informações serão enviadas através da Secretaria Executiva. Em relação balanço hídrico o
77 Secretario Executivo diz que vai haver uma atualização na regionalização de vazão e que o
78 Termo de Referência já está sendo pensado. A conselheira Telma – SES pergunta qual é a
79 base de dados. O Secretario Executivo responde que será a que o Estado está usando. O
80 Conselheiro Eliel – CBH/MT pergunta como será a ajuda aos Comitês de Bacia. O Secretário
81 Executivo responde que está se iniciando uma parceria com a Agência Nacional de Águas –
82 ANA através do Programa PROCOMITÊS que vai atender e envolver os Comitês de Bacia de
83 Mato Grosso. O Conselheiro Everaldo UCMMAT pergunta como poderíamos ajudar. O
84 Secretario Executivo responde que já foi encaminhada uma proposta para a SEMA que está
85 aguardando despacho da Subprocuradora quanto aos Comitês de fato se integrarem ao
86 Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Haverá assim através do Programa Pro-Comitês
87 uma ajuda direta aos Comitês de Bacias e que os recursos serão para fortalecer os Comitês e
88 também o Conselho. O Conselheiro Eliel – CBH/MT diz que os Comitês de Bacia vão ter uma
89 participação neste recurso. Em relação ao item Plano de Bacia o Secretário Executivo
90 informou que a SEMA está tratando de firmar parceria com a UFMT para trabalharem
91 conjuntamente o primeiro plano de bacia do Estado de Mato Grosso, tendo como piloto a
92 região hidrográfica P2 e P3. Sendo que o Protocolo de Intenções já foi assinado pelas
93 instituições. O Conselheiro Juraci – SEPLAN se posiciona dizendo que assim vai começar a

104 dar o primeiro pontapé e solicita que seja encaminhado para ele as informações sobre o
105 Plano de Bacia. Sobre o Monitoramento da Qualidade da Água o Secretario Executivo diz que
106 o Estado de Mato Grosso já aderiu o Programa QUALIAGUA. A conselheira Letícia – SES fala
107 da importância de ampliar esses pontos e pergunta como Mato Grosso entra na avaliação da
108 Agência Nacional de Águas – ANA. O Secretario Executivo diz que temos que melhorar. A
109 Conselheira Telma - SES fala dos pontos críticos. O Secretario Executivo responde que a
110 Defesa Civil que plotou os pontos críticos em relação às áreas de inundação quando se
111 trabalhou a rede de eventos críticos. As Conselheiras Lucélia FAMATO e Alessandra Panizi
112 FIEMT questionam sobre as aplicações de agrotóxicos de forma errada, porém se a aplicação
113 esta correta, se não for encontrado contaminação nenhuma, não existe proibição de seu uso.
114 A Conselheira Telma – SES posiciona dizendo que quando se fala na expansão dos pontos
115 tem que ser levado em consideração à localização e se possível for sempre a montante de
116 pontos de captação para abastecimento público. O Secretario Executivo responde que a
117 SEMA/Estado ainda não está apto para fazer estas análise, mas já está caminhando para
118 isso. A conselheira Lucélia – FAMATO fala que tem que medir a qualidade da água em todo o
119 Estado. O Conselheiro Everaldo – UCMMAT cita o mercúrio usado em garimpo no Estado de
120 Mato Grosso. A Conselheira Lucélia FAMATO fala que estão fazendo julgamento em relação
121 ao garimpo e a pecuária sem um monitoramento efetivo. O Secretario Executivo diz que tem
122 que ter bom senso. O Conselheiro Juraci – SEPLAM diz que vai poder-se trabalhar esses
123 pontos por demanda. Em relação ao Sistema de Informação, o Secretario Executivo diz que
124 até 2018 pretende-se trabalhar com a solicitação de outorga totalmente online, quanto à
125 pesquisa, desenvolvimento e inovação, o Secretario Executivo disse que tem que se trabalhar
126 neste sentido, porém o instrumento de Outorga de Direito de Uso e o que esta mais
127 estruturada. O Conselheiro Eliel CBH/MT diz que as Diretorias de Unidades Desconcentradas
128 da SEMA também realizam atividade de fiscalização ambiental. A Conselheira Sara Suely -
129 ABES falou da importância do Projeto Águas para o Futuro de evolução e trabalho com
130 aplicativos que facilitem o repasse de informações. Sobre a Sustentabilidade do Sistema o
131 Secretario Executivo menciona que um item que esta sendo trabalhado no Estado é o PSA -
132 Pagamento por Serviços Ambientais, porém existe muita burocracia principalmente por parte
133 da Caixa Econômica Federal quanto ao repasse financeiro. O próximo item é a Aprovação da
134 Resolução nº 92 de 13 de abril de 2017, o Secretario Executivo explica a importância de se
135 aprovar a referida Resolução. Cita que as Metas Federativas são determinadas pela ANA e
136 que as Metas Estaduais são por nos Mato Grosso definidas. A analista Sibelle Jakobi – SEMA
137 complementa dizendo que as Metas Federativas a própria ANA fiscaliza e quando essas
138 metas não são cumpridas, a ANA desconta proporcional no montante total do repasse
139 financeiro. O Secretario Executivo comenta que para o Progestão II a ANA colocará a Meta
140 Capacitação como obrigatória. A Resolução nº 92 e colocada em votação e é aprovada pela
maioria dos Conselheiros presentes, havendo apenas a abstenção do IBAMA. O próximo item
é a manifestação do CEHIDRO quanto ao Processo nº 228081/2016 – Minuta de Decreto que
dispõe sobre a as áreas úmidas localizadas no Estado de Mato Grosso. O Secretario
Executivo fala do processo recebido da PGE sobre as áreas úmidas, cita as definições
sugeridas e da proposta do Decreto para Áreas Úmidas, diz que se trata de licenciamento e
pede posicionamento dos Conselheiros. A analista Sibelle Jakobi – SEMA diz que se trata de
licenciamento conforme o texto da minuta, uma vez que é em casos de ausência de
licenciamento ou de descumprimento do mesmo que serão aplicadas as sanções citadas. A
Conselheira Lucélia – FAMATO diz que o Decreto não deve ser discutido no CEHIDRO por se
tratar de uso do solo e não da água, sendo assim desnecessário se discutir o assunto. O

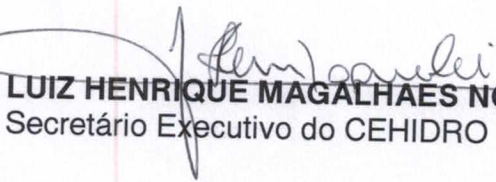
141 Conselheiro Vicente Falcão – Ação Verde acha que o processo de licenciamento tem
142 inconsistência e é preciso definir melhor o assunto. A Conselheira Lucélia – FAMATO fala que
143 dentro do Pantanal existem varias áreas úmidas e cita vários estudos Técnicos Científicos
144 sobre o assunto. Depois de discutir sobre o assunto, o PLENO se manifesta que não é o
145 momento para tratar deste assunto no CEHIDRO principalmente em razão da PGE já ter se
146 manifestado a necessidade de alterações na proposta de Minuta de Decreto. O Conselheiro
147 Juraci - SEPLAN diz que estas áreas úmidas tem haver com recursos hídricos, mas como não
148 esta bem definido também acha que não é o momento do Conselho se manifestar sobre o
149 assunto. O próximo item foi a Aprovação da Resolução nº 90 que altera a Resolução nº 44 de
150 11/10/2011. O Secretario Executivo faz uma leitura da Resolução. O Conselheiro Fernando
151 IBAMA, pergunta se é importante ter cadastro de cacimba. O Secretario Executivo diz que a
152 SEMA não vai trabalhar nem com a outorga, cadastro ou fiscalização desses poços, pois essa
153 água é sub-superficial não sendo necessário seu controle pela SEMA e como consta na
154 legislação, caso alguém solicite temos de emitir uma declaração e cobrar pelo cadastro duas
155 UPF's. A Conselheira Alessandra FIEMT sugere alteração na proposta de Resolução. O
156 Conselheiro Fernando IBAMA diz que esse tipo de poço tem muito risco de contaminação. De
157 acordo com os Conselheiros presentes é aprovada a Resolução 90, ficando o texto final como
158 “as captações subterrâneas escavadas manualmente, tais como cacimbas, cisternas, poços
159 caipiras ou amazonas, estão dispensados de cadastro e outorga”. O próximo item e a
160 aprovação da Resolução nº 91 que altera a Resolução nº 61 de 05/12/2013. O Secretário
161 Executivo explica que a alteração se faz necessário, pois a redação atual onde diz em
162 havendo outra fonte alternativa de recursos hídricos não será autorizada a perfuração de
163 poços tubulares. Não leva em consideração nenhuma outra justificativa, principalmente a
164 técnica. A Resolução nº 91 foi aprovada, ficando com a redação final “havendo outra fonte
165 alternativa de recursos hídricos que tenha viabilidade técnica, econômica e ambiental, não
166 será permitido à utilização de água subterrânea para irrigação”. O próximo item é a
167 apresentação da tabela de Frequência das Reuniões da Câmara Técnica de Água
168 Subterrânea - CTAS apenas para conhecimento dos Conselheiros. O item seguinte são os
169 informes: que a revisão da Lei 6.945/1997 já se encontra na Casa Civil, a criação do Fórum
170 Estadual de Comitê de Bacias Hidrográficas em 10/04/2017 que o ENCOB – Encontro
171 Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas que iria acontecer em Brasília será agora
172 realizado em Aracaju, provavelmente no mês de novembro/2017. Fala do andamento do
173 Grupo GAP e também do Estudo de Avaliação dos Efeitos da Implantação de
174 Empreendimentos Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, financiado pela Agência
175 Nacional de Águas e esta sendo desenvolvido pela Fundação Eliseu Alves da Embrapa
176 Pantanal. Passa a palavra para o Conselheiro Eliel CBH/MT que fala sobre o Fórum Estadual
177 e das posses dos Comitês de Bacias que ocorreram nos últimos dias. O Conselheiro Edio –
178 CAB fala sobre o material que enviou para o Conselho “O Impacto dos Efluentes de
179 Piscicultura na Qualidade das Águas de Abastecimento Público de Cuiabá” e fala da parceria
180 que esta fechando com a Professora Zorayde da UFMT para tratar sobre o assunto. A
181 Conselheira Sara ABES pergunta para o Conselheiro Édio CAB se Chapada dos Guimarães
182 poderá entrar nessa pesquisa. O mesmo informou que os problemas de efluentes de
183 piscicultura estão envolvendo as áreas próximas aos sistemas de abastecimento na região da
184 grande Cuiabá. O Conselheiro Fernando IBAMA, solicita que para as alterações das
185 resoluções sejam feitas justificativa de sua necessidade, para facilitar as discussões. A
186 Conselheira Sara – ABES pergunta como esta o encaminhamento das questões sobre o
187 destino final em redes de galeria pluvial, sendo que a Resolução nº 55 do CONSEMA foi

188 revogada. Que precisam ser retomadas as discussões sobre esse tema, pois esta é uma
189 prática usada constantemente. O Secretário Executivo informou que este pode ser um tema
190 para discussão na Câmara Técnica de Integração - CEHIDRO/CONSEMA. Nada mais
191 havendo a declarar, o Secretário Executivo do CEHIDRO agradeceu a presença de todos e
192 encerrou a 66ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos às 17h30min e
193 eu, Dercília Barboza de Souza, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo
194 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.
195

196 

197
198 **MAUREN LAZZARETTI**

199 Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental
200 Presidente em Substituição do CEHIDRO
201

202
203 
204 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI**
205 Secretário Executivo do CEHIDRO